



DIREITOS TRABALHISTAS

Periculosidade e Insalubridade



FERNANDA GEHM
ADVOGADOS ASSOCIADOS

SUMÁRIO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	3
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.....	4
DIREITOS DOS TRABALHADORES.....	5
RESPONSABILIDADES DOS EMPREGADORES	6
PROCEDIMENTOS LEGAIS E RECURSOS	7
CONCLUSÃO	8
ENTRE EM CONTATO!	9

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A insalubridade e a periculosidade são termos essenciais no contexto da legislação trabalhista.

A insalubridade refere-se às condições de trabalho que podem causar danos à saúde do trabalhador devido à exposição a agentes nocivos, como ruído, calor, substâncias químicas ou biológicas.

Já a periculosidade está relacionada a atividades que apresentam risco iminente à integridade física do trabalhador, como manuseio de explosivos, contato com eletricidade ou trabalhos em altura.

A identificação e classificação da insalubridade e periculosidade são realizadas através de laudos técnicos, seguindo critérios estabelecidos pela legislação trabalhista.

Os graus de insalubridade podem variar de acordo com a intensidade, concentração e tempo de exposição aos agentes agressivos.

No caso da periculosidade, a avaliação é feita considerando a exposição a situações de risco que podem causar lesões graves ou até mesmo a morte.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

No Brasil, a legislação trabalhista que aborda a insalubridade e periculosidade está principalmente contida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece direitos e deveres tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores.

Além da CLT, as Normas Regulamentadoras (NRs) emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também regulamentam questões específicas relacionadas à saúde e segurança no trabalho.

É importante que os empregadores estejam cientes das normas e regulamentos aplicáveis à sua atividade econômica, garantindo o cumprimento das exigências legais para proteger a saúde e segurança de seus funcionários.

DIREITOS DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores expostos a condições insalubres ou atividades perigosas têm direito a medidas de proteção e compensação adicionais.

Entre esses direitos, destacam-se:

■ REMUNERAÇÃO ADICIONAL:

Os trabalhadores têm direito a receber um adicional de insalubridade ou periculosidade, conforme estabelecido pela legislação. Esse adicional é calculado sobre o salário mínimo ou o salário base da categoria profissional.

■ INTERVALOS PARA DESCANSO:

Em casos de exposição a agentes insalubres, os trabalhadores têm direito a intervalos para descanso, de acordo com as normas regulamentadoras.

■ FORNECIMENTO DE EPIS:

Os empregadores são obrigados a fornecer Equipamentos de Proteção Individual adequados e em bom estado de conservação para os trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas.

Além disso, os trabalhadores têm o direito de recusar atividades que representem risco iminente à sua saúde ou segurança, sem que isso implique em penalidades ou retaliações por parte do empregador.

RESPONSABILIDADES DOS EMPREGADORES

Os empregadores têm o dever legal de garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável para seus funcionários. Isso inclui:

■ IDENTIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE RISCOS:

Os empregadores devem realizar avaliações de riscos no ambiente de trabalho para identificar condições insalubres ou perigosas e adotar medidas para eliminá-las ou minimizá-las.

■ FORNECIMENTO DE EPIS:

Além de fornecer os equipamentos de proteção individual adequados, os empregadores devem garantir que os trabalhadores recebam treinamento adequado sobre seu uso correto.

■ CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS:

Os empregadores devem cumprir as Normas Regulamentadoras (NRs) emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelecem padrões mínimos de segurança e saúde no trabalho.

O descumprimento das obrigações trabalhistas relacionadas à insalubridade e periculosidade pode acarretar em penalidades legais para os empregadores, incluindo multas e outras sanções administrativas.

PROCEDIMENTOS LEGAIS E RECURSOS

Em casos de descumprimento das leis trabalhistas relacionadas à insalubridade e periculosidade, os trabalhadores têm diversos recursos disponíveis, incluindo:

■ DENÚNCIA AOS ÓRGÃOS COMPETENTES:

Os trabalhadores podem denunciar irregularidades às autoridades competentes, como o Ministério Público do Trabalho, que têm o poder de fiscalizar e aplicar penalidades aos empregadores infratores.

■ AÇÕES JUDICIAIS:

Os trabalhadores têm o direito de recorrer à justiça para buscar reparação por danos materiais e morais decorrentes do descumprimento das leis trabalhistas, incluindo o pagamento de indenizações.

■ ASSISTÊNCIA SINDICAL:

Os sindicatos podem prestar assistência jurídica aos trabalhadores em casos de conflitos trabalhistas, representando seus interesses perante as autoridades competentes e buscando soluções para os problemas enfrentados.

É importante que os trabalhadores estejam cientes de seus direitos e dos recursos disponíveis para proteger sua saúde e segurança no trabalho, buscando apoio e orientação sempre que necessário.

CONCLUSÃO

O conhecimento dos direitos relacionados à insalubridade e periculosidade é essencial para garantir a proteção e o bem-estar dos trabalhadores.

Este eBook buscou fornecer uma visão abrangente desses direitos, capacitando trabalhadores e empregadores a compreenderem suas obrigações e agirem em conformidade com a legislação trabalhista.

Ao promover um ambiente de trabalho seguro e saudável, contribuímos para uma sociedade mais justa e equitativa.



FERNANDA GEHM
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ENTENDA MAIS SOBRE SEUS
DIREITOS TRABALHISTAS!

ENTRE EM CONTATO
com nossos especialistas

CLIQUE AQUI



FERNANDA SIMONE GEHM
Advogada especialista em Direito do
Trabalho. Atua desde 2014 em São Paulo.

ACESSE NOSSAS OUTRAS REDES DE CONTATO



CLIQUE PARA ACESSAR!